

7º ATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

DECLARAÇÕES DO ORDENADOR DE DESPESAS 40/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
40/2026	160001-7º ATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	RONALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES	20/05/2026 08:37 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64045.001840/2026-01

1. Justificativa para utilização do SRP

1.1. Há previsão legal para utilização de Sistema de Registro de Preços, nos seguintes casos previstos pelo art. 3º do Decreto nº 11.462/23:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

1.2. No caso específico, justifica-se o emprego do SRP com base no inciso I, para contratação de fretamento de aeronave.

1.3. Pela natureza do objeto, o quantitativo demandado não pode ser definido previamente, já que a necessidade de fretamento aéreo para término das missões de readequação do aeródromo de Santa Rosa do Purus.

2. Atividade de custeio

2.1. A UASG 160001 (7ºBEC) está observando o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

2.2. Diante do exposto, certifico que a atividade objeto desta licitação se enquadra como atividade de custeio conforme definido pela Portaria ME Nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, portanto, a contratação não carece de autorização, conforme o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

3. Declaração referente ao PCA

3.1. Declaro que o objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual.

4. Critérios de sustentabilidade

4.1. Foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 8ª Edição, de outubro de 2025, e aplicadas as recomendações lá constantes julgadas cabíveis.

5. Artigos de luxo

5.1. Consta no Art. 20. da Lei 14.133/21:

“Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.”

5.2. Em atenção ao Art. 20. da Lei 14.133/21, regulamentado pelo Decreto número 10.818, de 27 de setembro de 2021, declaro que os bens que se pretende adquirir **não** são artigos de luxo, são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir a finalidade à qual se destinam, e não possuem características identificáveis como ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

6. Referente ao Art. 40. da Lei 14.133/21

6.1. Em atenção ao inciso I do Art. 40. da Lei 14.133/21, declaro que o planejamento desta licitação considerou a expectativa de consumo anual e observou as condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

6.2. Em atenção ao inciso III do Art. 40. da Lei 14.133/21, declaro que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada.

6.3. Em atenção à letra a) do inciso V do Art. 40. da Lei 14.133/21, declaro que, na presente licitação, está sendo atendido ao princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

6.4. Em atenção à letra b) do inciso V do Art. 40. da Lei 14.133/21, declaro que, na presente licitação, está sendo atendido ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

6.5. Em atenção à letra c) do inciso V do Art. 40. da Lei 14.133/21, declaro que, na presente licitação, está sendo atendido ao princípio da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

7. Disponibilidade/adequação orçamentária

7.1. Por tratar-se, o presente caso, de uma licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme Artigo 17 do Decreto Nº 11.462, de 31 de Março de 2023.

8. Montagem do processo

8.1. Declaro que foram utilizados os modelos da Advocacia-Geral da União e Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, constantes no sistema de artefatos digitais do Portal de Compras do Governo Federal.

8.2. Declaro que foi observado o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, de 20 de junho de 2023.

8.3. Em atenção ao Art. 10º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, não foi observada a necessidade de classificação do Termo de Referência ou outras peças do processo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

8.4. Em atenção ao Art. 19, §2º da Lei 14133/21, justifico a não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização por motivo de que o objeto deste certame ainda não consta entre os contemplados pelo catálogo.

8.5. Certifico que, para a elaboração do Termo de Referência, foi feita a utilização do Sistema TR Digital, conforme Artigo 4º da IN ME 81/2022. O TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

9. Segregação de Funções

9.1. Em atenção ao §1º do Art. 7º da Lei 14.133/2021, bem como ao Art. 12 do Decreto 11.246/22, certifico que foi observado o princípio da segregação de funções, não havendo designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

10. Adequação à LDO

10.1. Em atenção ao Art. 18 da Lei 14.133/21, certifico que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11. Valor estimado da contratação

11.1. O valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços de fretamento aéreo.

12. Divulgação do orçamento

12.1. Não foi observada a necessidade de caráter sigiloso para os valores máximos aceitáveis.

13. Justificativa da não divulgação da IRP

13.1. A não realização de Intenção de Registro de Preços (IRP) para a presente contratação de serviço de fretamento de aeronave justifica-se pela necessidade urgente de continuidade das atividades operacionais e administrativas do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC), especialmente no apoio às missões institucionais desenvolvidas em localidades de difícil acesso na região amazônica.

13.2. A atual empresa contratada manifestou, de forma superveniente, desinteresse na renovação do contrato vigente, fato não previsto por esta Administração e que impôs a necessidade imediata de adoção de medidas administrativas visando evitar solução de continuidade na prestação do serviço.

13.3. Considerando a essencialidade do transporte aéreo para deslocamento de pessoal, apoio logístico, transporte de materiais, suprimentos e suporte às atividades de engenharia executadas pelo 7º BEC, a realização da IRP mostra-se incompatível com a urgência da demanda, tendo em vista os prazos operacionais necessários para consolidação, divulgação e manifestação de outros órgãos participantes.

13.4. Dessa forma, a adoção do procedimento sem IRP encontra respaldo nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e planejamento administrativo, permitindo maior celeridade processual e mitigando riscos operacionais que possam comprometer as missões institucionais desta Organização Militar.

14. Declaração de Limites de Governança

14.1 Declaro que, conforme regulado pelo Comando do Exército através da Portaria - C Ex Nº 2.334, de 1º de outubro de 2024, é do conhecimento deste Ordenador de Despesas que os valores que me compete a autorização para celebração de contratos se enquadram no Art 6º da Portaria, *in verbis*:

"Art.6º A competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) fica subdelegada aos ordenadores de despesas das organizações militares."

14.2 Por oportuno cabe **destacar** que, por se tratar de processo licitatório SRP, não se observa como cabível a exigência da apresentação da autorização de autoridade competente nesta fase da licitação, pois a legislação vigente estabelece critérios de competência apenas para autorização de novos contratos administrativos e para prorrogação de contratos em vigor.

15. Exclusividade de Participação de ME/EPP

15.1 Não se aplica ao certame em tela.

16. Justificativa Serviços Continuados

16.1. A contratação de serviço de fretamento de aeronave para o transporte de passageiros e cargas no trecho Rio Branco - Santa Rosa do Purus - Rio Branco justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência logística da obra de readequação do aeródromo de Santa Rosa do Purus, com previsão de término em 2028.

16.2. O município de Santa Rosa do Purus apresenta condições geográficas e de acesso que impõem limitações significativas aos meios de transporte convencionais. A inexistência de ligação rodoviária contínua e as restrições impostas pelo transporte fluvial, sujeito a sazonalidades, variações de nível dos rios e maior tempo de deslocamento, tornam tais alternativas insuficientes para atender, de forma regular e previsível, às demandas da obra. Nesse contexto, o transporte aéreo se configura como a alternativa mais adequada para garantir o deslocamento tempestivo de equipes técnicas,

operacionais e de fiscalização, bem como o envio de materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços.

16.3. A natureza da obra exige fluxo contínuo de profissionais especializados e o fornecimento regular de insumos, de modo a evitar paralisações e retrabalhos que podem comprometer o cronograma físico-financeiro. A indisponibilidade ou atraso no transporte impacta diretamente a produtividade das frentes de trabalho, podendo gerar aumento de custos e prorrogações contratuais. O fretamento de aeronave permite maior controle sobre a logística, com flexibilidade na programação de voos e adequação às necessidades específicas do empreendimento.

16.4. Além disso, a utilização de transporte aéreo contribui para a segurança das equipes e para a integridade dos materiais transportados, reduzindo riscos associados a longos deslocamentos por vias alternativas. Também possibilita respostas mais rápidas a situações imprevistas, como necessidade de substituição de pessoal, envio emergencial de peças ou equipamentos, e suporte às atividades de supervisão e fiscalização.

16.5. Dessa forma, a contratação do fretamento de aeronave se apresenta como medida necessária para viabilizar a execução da obra dentro dos parâmetros de prazo, custo e qualidade estabelecidos, assegurando as condições logísticas compatíveis com as características da região e com as exigências do empreendimento até sua conclusão prevista em 2028.

17. Despacho de Autoridade Competente

16.1 Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas /Autoridade competente, aprovo o presente Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Matriz de Riscos e Relatório da Pesquisa de Preços e autorizo a aquisição dos materiais. Assino as declarações e justificativas acima, em conformidade com as competências atribuídas a mim, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e em estrita observância às demais legislações vigentes. Assim, ratifico meu compromisso em cumprir rigorosamente as disposições legais e regulamentares, contribuindo para a condução adequada e ética do processo licitatório em conformidade com as exigências legais.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO NASCIMENTO MARQUES CURVO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 08:37:40.